

OFSP
19/3/85 56
GAMP.0171

TERÇA-FEIRA

O ESTADO DE S. PAULO

19 DE MARÇO DE 1985



Fotos Sérgio Borges

Apesar do lucro que obteve em Cumaru, a Caixa Econômica Federal nada aplicou na região, permitindo que a precariedade se instalasse no garimpo

Governo lucra, mas abandona garimpo

FERNANDO BARROS
Enviado especial

O garimpo de Cumaru, no Sul do Pará, a 110 quilômetros da cidade de Redenção, está abandonado. Esse abandono é demonstrado em vários pontos dos problemas que ora se reclama no garimpo: desentendimento entre os órgãos governamentais que atuam no local; falta de conservação (a única via terrestre de ligação está interrompida há quase 30 dias); suspensão ou redução do trabalho de extração de ouro — por parte dos cerca de 20 a 30 mil garimpeiros (ninguém sabe o total) — devido a escassez de óleo diesel para movimentar as máquinas de mineração; intensificação do clima de insatisfação entre os garimpeiros, já que, ao mesmo tempo, são obrigados a pagar preços extorsivos pela alimentação transportada por avião; aumento do contrabando de ouro; epidemia de malária e doenças venéreas. Isso pouco mais de um ano depois que o Serviço Nacional de Informações abandonou o projeto, do qual tinha a função de coordenador imposto manu militari.

Os 25 minutos que separam aquela cidade de 30 mil habitantes da pista que serve ao garimpo são cobrados ao preço de 80 mil cruzeiros por passageiro. Os que não podem pagar para sair, ou entrar, são obrigados a vencer a distância a pé. Deslocados de Serra Pelada, que se encontra fechada para obras de rebalçamento, os garimpeiros Pedro de Souza, Euripedes Moraes e Raimundo Nonato encontraram vaga num

caminhão cujo motorista estava disposto a vencer o trecho mais transitável, equivalente a um terço da estrada. Resultado: 70 quilômetros a pé, em dois dias de marcha. De avião é possível ver não só lavas de garimpeiros atravessando a estrada a pé, nos dois sentidos, como também caminhões parados em atoleiros que chegam a cobrir seus pneus.

A barreira

Na pista de Cumaru, um primeiro controle é feito pela Polícia Federal, que mantém cerca de dez agentes, e um delegado, no interior do projeto. Uma outra barreira está instalada em meio aos seis quilômetros que separam a pista da área de coordenação e de comércio de Cumaru. Ali, pelo menos teoricamente, são barrados armas, mulheres e bebidas alcoólicas, para quem entra, e ouro para os que estão deixando o garimpo, já que a compra do minério é exclusiva da Caixa Econômica Federal.

"Na Cidade Nova ainda tem comida, mas na Cobal vai acabar logo", disse o comerciante Nede Ajalme, que desde há três anos opera três oficinas mecânicas voltadas para a reparação das máquinas propulsores de água utilizadas para desmanchar os barrancos, onde se encontra o ouro. "Nunca vi tantos problemas quanto hoje", comentou Ajalme, que pelo movimento de suas oficinas calcula que "40% do garimpo está paralisado pela falta de óleo". No seu es-

critório, montado dentro do supermercado de paredes de plástico, facilmente violáveis, Antonio Lopes não esconde o seu temor: "Se dentro de cinco dias não chegar reforço do estoque, poderemos ter problemas de saque". Ele fala isso com base em ameaças concretas de alguns garimpeiros que já lhe prometeram "dar uma mandada aqui se vocês não arranjam feijão e arroz".

Se a Cobal tem problemas com os garimpeiros, agora vai enfrentar também a Cia. de Terras da Mata Geral, que já lhe notificou informalmente a situação irregular de sua presença na área. Os responsáveis pela Cobal reagiram dizendo que a empresa foi chamada pelo governo para trabalhar no projeto. Isso não deixa de ser verdade, mas a Cobal, assim como a maioria dos 30 comerciantes instalados em Cumaru, entenderam-se diretamente com o SNI, sem obter nenhuma autorização dos proprietários da terra, o que contraria frontalmente a legislação. O único documento formal existente no SNI é uma carta de intenções que assinala, entre as obrigações do governo, a devolução da área, livre de ocupantes, findo o período de dois anos estabelecido a partir de 1981, o que efetivamente não ocorreu.

Sem qualquer comunicação à Mata Geral, em dezembro de 1983, o SNI deixou a área, preocupado em não mais submeter-se ao peso político e administrativo da gestão dos garimpos, expresso principalmente pelos problemas registrados em Ser-

ra Pelada, onde nem mesmo a Polícia Federal tinha o controle da situação.

A partir daí, as dificuldades aumentaram em função das divergências entre o Departamento Nacional da Produção Mineral, que designou dois geólogos para dirigir as questões administrativas do projeto, e a Caixa Econômica Federal, agente do Banco Central para a compra do ouro e gestora dos recursos.

De qualquer forma, empresários e garimpeiros animaram-se em agosto do ano passado com a notícia de que a CEF contribuiria com 300 milhões de cruzeiros do total de 600 milhões necessários para as obras que garantiriam o funcionamento da estrada Cumaru-Redenção, durante as chuvas. Conclamados a reunir o restante do dinheiro, conseguiram amearhar 180 milhões de cruzeiros com as contribuições dos empresários e com o lucro de um bingo, no qual foram sorteados dois automóveis Volkswagen. Acontece que a CEF não alocou os recursos prometidos e culpou o Banco Central por não ter autorizado a liberação da verba.

O que todos se perguntaram em Cumaru é onde se encontra o lucro da Caixa Econômica Federal, que, teoricamente, pelo menos em parte, deveria ser reinvestido na região. Ocorre que o preço pago aos garimpeiros pela Caixa, no projeto, é baseado no preço do grama do ouro no mercado de São Paulo, sobre o qual o órgão aplica um desconto de 17%. Desse montante, 1% equivale ao Imposto Único sobre Minerais, 11% é o

desconto referente às "impurezas" que acompanham o metal; e, com os restantes 5% a CEF pagaria suas despesas administrativas com a pessoa da agência de Cumaru, compra e transporte do ouro para Brasília, e assistência médica. "Isto não está bem explicado", garante um diretor da Mineração do Sul do Pará, uma subsidiária da companhia de terras da Mata Geral que iniciou, há dois meses, o trabalho de lavra na área que lhe foi reservada em Cumaru.

Já bastante preocupada com o problema da estrada ("tivemos que demitir 80 funcionários, todos com carteira assinada, porque não temos óleo para trabalhar"), a Mineração do Sul do Pará quer saber onde a Caixa guarda "a quantidade fabulosa de dinheiro que ganha aqui, sem reinvestir e criar condições para o trabalho". Somente em janeiro, a produção de ouro que a CEF conseguiu comprar em Cumaru (uma parcela considerável, que não se pode estimar, é vendida em Redenção, por garimpeiros e comerciantes que conseguem furar o bloqueio da Polícia Federal) atingiu a 465 quilos.

Arrecadação

A cotação média atualmente em São Paulo é de 48 mil cruzeiros por grama. Isto significa que a CEF arrecadou a quantia de 21,3 bilhões de cruzeiros, em um único mês, e que 5% deste total (as "despesas de administração") representa bilhão de cruzeiros, ou seja: volume mais de três vezes superior ao valor que a

CEF havia prometido, e não forneceu, para a recuperação da estrada. E isso sem contar o valor correspondente às "impurezas" descontadas pela CEF. "Onde está o dinheiro, onde está o benefício para os garimpeiros", questiona o diretor.

Tentando aparentar o bom entendimento entre o DNPM e a CEF, José Moura Vilas Boas responsabilizou o Estado do Pará pela situação da estrada. Sabe-se, no entanto, que o governo do Estado nunca foi chamado a participar do projeto, e isto por problemas de ordem estritamente política.

Tanto é assim que apenas no ano passado foi instalado um posto da Polícia Militar do Estado, na região. Até então, e muito a contragosto, conforme as fontes, a Polícia Federal se viu obrigada a sair de suas funções de proteção dos órgãos governamentais em funcionamento em Cumaru para dedicar-se ao controle de crimes comuns. Ele admite também que a CEF não consegue controlar todo o ouro produzido no local e que "se tivéssemos mais recursos para a fiscalização de algumas áreas, como Tucuman, a Oeste de Cumaru, a compra pelo governo seria bem maior". E não esconde também que o garimpo de Tucuman é visitado apenas esporadicamente pelo DNPM e que, ainda que a Caixa Econômica tenha instalado um posto no local, a maior parte da produção mensal de 300 quilos de ouro daquele garimpo não passa pelos cofres da CEF. E lá se encontram de seis a sete mil garimpeiros.